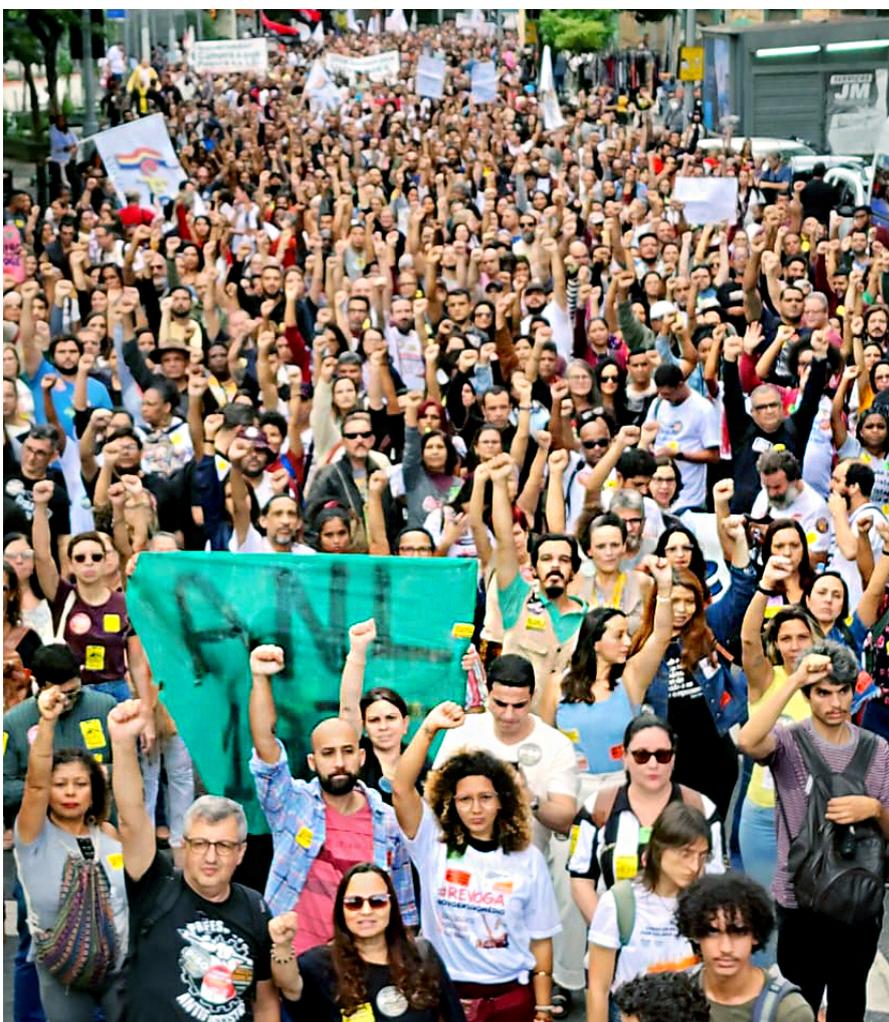


# GREVE CHEGOU COM FORÇA!

O não cumprimento da Lei do Piso e a proposta enganosa do governador de transformar o piso em teto, sem respeitar o plano de carreira, revoltou toda a categoria

**M**ilhares de professores, funcionários administrativos, aposentados e alunos das escolas estaduais realizaram uma grande passeata do Largo do Machado até o Palácio Guanabara no dia 18 de maio. Antes, a categoria realizou rápida assembleia aberta, no Largo do Machado, em que decidiu, massivamente, pela continuação da greve, iniciada no dia 17/5. Milhares seguiram pelas ruas de Laranjeiras na ida ao palácio para cobrar do governador o piso nacional para todos os educadores, entre outras reivindicações. A greve está forte em todo o estado e o Sepe avalia em cerca de 80% o índice de paralisação. Várias escolas estão com 100% de adesão.

GUSTAVO SIXEL/SEPE



C.E. Tim Lopes, na Capital: 100% de adesão.

Passeata na Rua das Laranjeiras, no dia 18/05.

DIVULGAÇÃO/CIRCO VOADOR

**PARTICIPE DA PRÓXIMA  
ASSEMBLEIA DE GREVE  
TERÇA, 23/5, 14H, CIRCO VOADOR  
10H - CONSELHO DELIBERATIVO (NO MESMO LOCAL)**



# MAR DE EDUCADORES TOMA AS RUAS DE LARANJEIRAS

**M**ilhares de profissionais, aposentados e alunos cobriram o Largo do Machado e as ruas de Laranjeiras com gritos de guerra, canções e faixas cobrando do governo o piso para todos os educadores.

Antes da assembleia aberta no Largo do Machado, a Coordenação Geral do Sepe teve audiência na Secretaria Estadual de Educação (Seeduc), com a presença da secretária Roberta Barreto, mas não recebeu nenhuma contraproposta sobre o pagamento do piso salarial aos professores e funcionários. Além disso, o Sepe foi informado de que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) ainda está fazendo estudos da viabilidade do pagamento da tabela do governo.

Após a passeata, a categoria fez ato em frente ao Palácio Guanabara, que terminou pouco antes de 18h. No ato, os educadores tiraram fotos com o troféu de "pior salário do mundo", produzido pelo coletivo Educartum. O governador não recebeu o Sepe.



GUSTAVO SIXEL/SEPE



MARCELO MESQUITA/SEPE



A manifestação teve a presença de caravanas de todas as regionais da capital e de municípios de todo o estado: Teresópolis, Região dos Lagos, Itaguaí, Meriti, São Gonçalo, Petrópolis, Niterói, Maricá, Belford Roxo, Campos, Volta Redonda, Nova Iguaçu, Itaboraí, Paracambi, Mesquita, Maricá, Piraí, Três Rios, Paraíba do Sul, Areal, Levy Gasparian, Sapucaia, Duque de Caxias, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Santo Antônio de Pádua, Itaocara, Tanguá, Rio Bonito, Valença, Porciúncula, Macaé, Mendes, Vassouras, região de Angra dos Reis, Seropédica, Queimados, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu.

## Principais reivindicações

**1** Implementação do Piso Nacional nas carreiras dos profissionais da educação (professores e funcionários); portanto, no salário base e não como abono, como anunciou o governo.

**2** Defesa do plano de carreira – não aceitaremos que o governo descumpra o nosso plano.

**3** Queremos a revogação do Novo Ensino Médio (NEM).

**4** Reivindicamos, urgentemente, um projeto de combate à violência nas escolas.



# Compare a TABELA que o governador quer enviar para a Alerj e como deve ser, respeitando a Lei do Piso e o plano de cargos

LEGENDA  Cargos com reajuste no valor do vencimento  
 Cargos sem alteração no valor do vencimento

## PROFESSOR DOCENTE II 22H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
1	R\$ 1.125,55	R\$ 2.431,30	R\$ 2.431,20
2	R\$ 1.260,61	R\$ 2.431,30	R\$ 2.722,94
3	R\$ 1.411,92	R\$ 2.431,30	R\$ 3.049,69
4	R\$ 1.581,31	R\$ 2.431,30	R\$ 3.415,66
5	R\$ 1.771,08	R\$ 2.431,30	R\$ 3.825,54
6	R\$ 1.983,16	R\$ 2.431,30	R\$ 4.284,60
7	R\$ 2.221,65	R\$ 2.431,30	R\$ 4.798,75
8	R\$ 2.488,24	R\$ 2.488,24	R\$ 5.374,60
9	R\$ 2.786,83	R\$ 2.786,83	R\$ 6.019,56

## PROFESSOR DOCENTE II 40H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
1	R\$ 2.251,11	R\$ 4.420,55	R\$ 4.420,36
2	R\$ 2.521,26	R\$ 4.420,55	R\$ 4.950,80
3	R\$ 2.823,80	R\$ 4.420,55	R\$ 5.544,90
4	R\$ 3.162,63	R\$ 4.420,55	R\$ 6.210,29
5	R\$ 3.542,17	R\$ 4.420,55	R\$ 6.955,52
6	R\$ 3.967,24	R\$ 4.420,55	R\$ 7.790,18
7	R\$ 4.443,30	R\$ 4.443,30	R\$ 8.725,01
8	R\$ 4.976,50	R\$ 4.976,50	R\$ 9.772,01
9	R\$ 5.573,66	R\$ 5.573,66	R\$ 10.944,65

## PROFESSOR DOCENTE I 40H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
3	R\$ 3.529,74	R\$ 4.420,55	R\$ 6.931,11
4	R\$ 3.953,34	R\$ 4.420,55	R\$ 7.762,85
5	R\$ 4.427,72	R\$ 4.427,72	R\$ 8.694,39
6	R\$ 4.959,06	R\$ 4.959,06	R\$ 9.737,72
7	R\$ 5.554,11	R\$ 5.554,11	R\$ 10.906,24
8	R\$ 6.220,64	R\$ 6.220,64	R\$ 12.214,99
9	R\$ 6.967,11	R\$ 6.967,11	R\$ 13.680,79

## PROFESSOR DOCENTE I 16H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
3	R\$ 1.411,92	R\$ 1.768,22	R\$ 2.772,61
4	R\$ 1.581,31	R\$ 1.768,22	R\$ 3.105,32
5	R\$ 1.771,08	R\$ 1.771,08	R\$ 3.477,96
6	R\$ 1.983,16	R\$ 1.983,16	R\$ 3.895,32
7	R\$ 2.221,65	R\$ 2.221,65	R\$ 4.362,75
8	R\$ 2.488,24	R\$ 2.488,24	R\$ 4.886,28
9	R\$ 2.786,83	R\$ 2.786,83	R\$ 5.472,64

## PROFESSOR DOCENTE I 30H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
3	R\$ 2.647,30	R\$ 3.315,41	R\$ 5.198,34
4	R\$ 2.964,98	R\$ 3.315,41	R\$ 5.822,14
5	R\$ 3.320,78	R\$ 3.320,78	R\$ 6.520,80
6	R\$ 3.718,43	R\$ 3.718,43	R\$ 7.303,30
7	R\$ 4.165,59	R\$ 4.165,59	R\$ 8.179,69
8	R\$ 4.665,47	R\$ 4.665,47	R\$ 9.161,25
9	R\$ 5.225,31	R\$ 5.225,31	R\$ 10.260,61

## PROFESSOR INSPETOR ESCOLAR 25H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
3	R\$ 2.206,08	R\$ 2.762,84	R\$ 4.331,96
4	R\$ 2.470,83	R\$ 2.762,84	R\$ 4.851,79
5	R\$ 2.767,32	R\$ 2.767,32	R\$ 5.434,01
6	R\$ 3.099,40	R\$ 3.099,40	R\$ 6.086,09
7	R\$ 3.471,32	R\$ 3.471,32	R\$ 6.816,42
8	R\$ 3.887,89	R\$ 3.887,89	R\$ 7.634,39
9	R\$ 4.354,44	R\$ 4.354,44	R\$ 8.550,51

## PROFESSOR DOCENTE I 18H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
3	R\$ 1.588,39	R\$ 1.989,25	R\$ 3.119,04
4	R\$ 1.779,00	R\$ 1.989,25	R\$ 3.493,33
5	R\$ 1.992,48	R\$ 1.992,46	R\$ 3.912,53
6	R\$ 2.231,57	R\$ 2.231,06	R\$ 4.382,03
7	R\$ 2.499,36	R\$ 2.499,27	R\$ 4.907,87
8	R\$ 2.799,28	R\$ 2.799,27	R\$ 5.496,82
9	R\$ 3.135,20	R\$ 3.135,19	R\$ 6.156,43

## ABSURDO!

# Governo não apresentou tabela para funcionários administrativos

Em sua maioria, os funcionários administrativos recebem **menos do que um salário mínimo** no vencimento-base.

	REF	VENCIMENTO-BASE ATUAL	COMO SERIA CORRIGIDO PELO SALÁRIO MÍNIMO
ENSINO SUPERIOR	I	R\$ 1.871,52	R\$ 3.077,76
	II	R\$ 1.732,89	R\$ 2.849,78
	III	R\$ 1.604,53	R\$ 2.638,69
ENSINO MÉDIO	I	R\$ 1.485,67	R\$ 2.443,23
	II	R\$ 1.375,62	R\$ 2.262,25
	III	R\$ 1.273,72	R\$ 2.094,67
ENSINO FUNDAMENTAL	I	R\$ 1.179,37	R\$ 1.939,51
	II	R\$ 1.092,01	R\$ 1.795,85
	III	R\$ 1.011,12	R\$ 1.662,82
ELEMENTAR	I	R\$ 936,23	R\$ 1.539,65
	II	R\$ 866,88	R\$ 1.425,60
	III	R\$ 802,66	R\$ 1.320,00

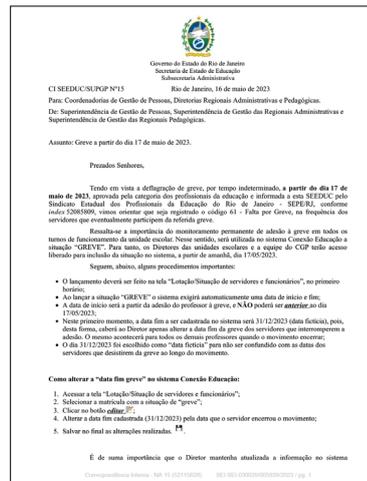
# Categoria foi à greve, mesmo diante de ameaças e chantagem com GLP

O Sepe alerta à categoria que, mais uma vez, o governo e a SEEDUC se utilizam dos métodos de sempre para tentar nos intimidar e frear a greve, com a divulgação de documentos oficiais e não oficiais, além de ameaças verbais das chefias contra os educadores.

Os ataques se concentram no elo mais frágil, como a GLP paga por hora trabalhada. Tentam nos amedrontar com o desligamento imediato, o não pagamento e perda dos tempos das turmas devido a adesão à greve. Mas sabemos que a rede não sobreviveria sem essa exploração do trabalho docente.

A circular CI SEEDUC/SUPGP N° 15 (*ao lado*), divulgada no dia 16/5 e que fala sobre cortes das GLPs só acusa o golpe que o governo sentiu com a massiva adesão à greve.

A GLP e a garantia dos tempos estarão na pauta de negociação, inclusive o direito à reposição e pagamento do período em greve, além do direito a migração que garantiria diminuir a carência sem recorrer à GLP.



A "famigerada" CI 15, que circulou na véspera da greve

## TODO MUNDO PODE FAZER GREVE? CONHEÇA SEUS DIREITOS

Quem está em estágio probatório tem os mesmos direitos que os demais em aderir à greve, e em todo movimento reivindicamos o abono do ponto para fins funcionais e aposentadorias

### 1 - NOVOS CONCURSADOS

O estágio probatório está previsto na Constituição Federal e na Estadual. Assim, mesmo sendo um estágio de três anos, "É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para a aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o §4º do art. 41 da CF" (art. 28 da EC n 18, de 5-2-1998).

Também é garantido que o servidor só perderá o cargo mediante sentença judicial ou processo administrativo com direito à ampla defesa do servidor (EC 19 de 4-6-1998). Vale lembrar que, na avaliação do estágio probatório, **itens como as-**

**siduidade e pontualidade não levam em conta a greve** - direito assegurado nas Constituições.

### 2 - GLP

A legislação referente a Gratificação por Lotação Prioritária (GLP) mudou. Agora são horas efetivamente trabalhadas. Neste sentido, o servidor não será remunerado se não trabalhar. Porém, se ele não recebe, ele também não possui obrigação de fazer a reposição das aulas. Não repondo, a turma pode não ter os 200 dias letivos assegurados e, aí, o governo vai assumir o ônus disso. Será que interessa ao governo isso?

### 3 - CORTE DE PONTO

No decreto de criação do MCF (Mapa de Controle de Frequência), ainda na década de 1990, consta o código 61- falta por greve. O código 61 é estabelecido como código de informação e não punitivo, como tem sido a prática da SEEDUC para coibir o nosso direito à greve. Isso não está acontecendo. Até agora o governo tem orientado a colocar o código 61. Por muitas vezes, conseguimos abonar o ponto através de negociação com o governo. Nas greves que fizemos nos governos Cabral/Pezão, os salários foram pagos e não houve cortes.

O corte ou abono do ponto, portanto, depende da força de nossa greve e das negociações.



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO  
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,  
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040  
Recepção: (21) 2195-0450.  
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457  
(Agendar atendimento, 10h às 16h).

[www.seperj.org.br](http://www.seperj.org.br)

- [instagram.com/sepe\\_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)
- [facebook.com/Seperj](https://www.facebook.com/Seperj)
- [youtube.com/SepeRjoficial](https://www.youtube.com/SepeRjoficial)
- [twitter.com/RjSepe](https://twitter.com/RjSepe)



[seperj.org.br/filiacao](http://seperj.org.br/filiacao)